

O “PERFIL DO MARQUÊS DE POMBAL” E AS DISPUTAS EM TORNO DAS IMPRESSÕES SOBRE O PASSADO POMBALINO

Gustavo Pereira*
CHAM, Universidade Nova de Lisboa
gustavopereira@id.uff.br

Pombal e seu centenário

Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras (1759) e marquês de Pombal (1770), ministro que esteve à frente do governo no reinado de D. José (1750-1777), morreu no dia oito de maio de 1782. Quando de sua morte, frei Joaquim de Santa Clara, monge beneditino e professor da Universidade de Coimbra, afirmou “o marquês de Pombal morre. Mas não morrerá jamais a sua memória. [...] será em todos os séculos o homem grande; as suas ações serão o exemplo da justiça e do patriotismo e a sua sepultura não poderá ter epitáfio nem mais permanente nem mais enérgico que o seu nome”. Tais palavras constam na versão publicada da oração fúnebre escrita para a celebração das exéquias do marquês.¹ A despeito do discurso de Santa Clara, contudo, ele morreu em desgraça – condenado e afastado do centro do poder.

Cem anos mais tarde, entretanto, *A Folha Nova* (1881-1888), periódico republicano do Porto, publica na primeira página de seu número especial do dia oito de maio um texto que explicita as questões que, segundo seus organizadores, a celebração do primeiro centenário de sua morte evocava:

Entre todos os grandes vultos do século XVIII, destaca-se prodigiosamente luminoso o homem que se chamou Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal. [...] A história é um tribunal póstumo, [...] a história de hoje não é a de há cem anos. Então, registrava simplesmente os fatos; agora, faz mais: analisa-os, critica-os, apresenta-os deslumbrantemente luminosos, impondo-os à nossa admiração. Hoje, que estão quase caídos os fetiches das velhas religiões; hoje, que a ciência triunfa e os santos caem, presta-se culto aos hereges que produziram alguma coisa de útil e de humanitário [...]. E agora que as paixões políticas e os antigos ódios estão extintos, é preciso que a história pronuncie a sentença, dando-lhes ingresso no grande panteão humanitário. A academia que tão alta e nobremente soube compreender o seu dever, apesar dos obstáculos que se lhe antepuseram, saúda e presta homenagem não ao assassino dos Távoras, mas ao enérgico reformador, ao lutador atlético que nos prestou esse relevantíssimo serviço da expulsão dos jesuítas que hoje tentam morder-lhe ainda a memória.

* Assistente de Investigação (CHAM – Centro de Humanidades). Doutorando em História e Teoria das Ideias (FCSH-UNL), sob orientação do Prof. Dr. João Luís Lisboa. Foi bolsista CAPES. Desenvolve estágio doutoral (PPGH-UERJ), sob orientação da Profa. Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves.

¹ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, jul./1817, p. 03-15.

Trata-se de um bom exemplo da ideia peculiar de história (sob a influência de certo positivismo que caracteriza parte da historiografia portuguesa na década de 80) que caracteriza os principais promotores do centenário pombalino: jovens estudantes, marcadamente republicanos e positivistas; referidos pejorativamente por seus opositores como *centenaristas*. Demarcando-se explicitamente de uma perspectiva anterior (e supostamente antiquada) de que decorre um discurso sobre o passado enquanto mero registro/mera crônica do que se passou, atribui-se à história uma função social e cultural enquanto elemento de formação moral e cívica, tendo como chave de leitura e de julgamento um futuro hipoteticamente já conhecido no momento da análise, resultado do progresso, que conduzirá a sociedade à república. Nessa chave de leitura, reflete-se sobre o papel dos grandes homens do passado, incentivando-se sua comemoração apoteótica.²

Quanto aos centenários, celebrações que passam a se fazer frequentes à altura, é interessante apontar: na sequência de comemorações do tipo havidas na Itália (Petrarca, 1874) e na França (Voltaire, 1878), em Portugal celebra-se em 1880 o tricentenário da morte de Camões, consagrado enquanto herói da língua e da nacionalidade portuguesas e mobilizado em prol da revivescência nacional. Os festejos de 1880, considerados um sucesso por seus organizadores, servem de modelo aos de 1882 – muito mais polêmicos, contudo. Em ambos, ademais, destaca-se a influência de ideias de teor republicano-positivista em seus promotores, que visam a mobilizar memórias do passado nacional para potencializar suas críticas à decadência que acusam na política corrente de seu país.

Nesse sentido, nas comemorações de 1882, a partir de algumas ideias de Auguste Comte (como a lei dos três estágios de desenvolvimento das sociedades), selecionadas, adaptadas e desenvolvidas por autores como Teófilo Braga e Emídio Garcia, resgata-se do passado português setecentista o marquês, submetendo-o a um julgamento/a uma

² Apesar da mobilização do tópico dos grandes homens/exemplos, não se trata de uma perspectiva, remetente à história *magistra vitae*, em que a exemplaridade objetivava o convencimento, inserindo os acontecimentos em totalidades finitas, sem que uma lógica autossuficiente comandasse o devir universal – como nas filosofias da história. Nessas, os grandes homens, emanações subjetivas da consciência da nação e da humanidade, são percebidos como “indivíduos que, melhor do que seus contemporâneos, e mesmo sem o pleno controle sobre os efeitos das suas ações, souberam explicitar e pôr em prática as necessidades objetivas do espírito do tempo”, que apenas “dentro do todo evolvente o papel que lhes tinha sido atribuído ganhava verdadeira luz, pois ele arrastava consigo, em simultâneo, o passado e o futuro: o passado, dado que já antes se teria pressentido, como espera, a sua iminente emergência; o futuro, porque, quando o finalismo histórico o obrigou a sair de cena [...], os efeitos da sua atividade perdurarão como *exempla virtutis*, isso é, como fama, ou como condenação”. Para Catroga (2006), a mais acabada sistematização de tais perspectivas encontra-se em Comte e em seus seguidores (p. 13-26).

releitura sob a ótica do presente “cientificamente” informado sobre o futuro (a posteridade).³ Pombal é, assim, apontado como quem melhor caracteriza aspectos positivos do século XVIII luso, sendo recordado não enquanto um exemplo a ser seguido no século XIX, e sim devido a sua “função histórica” na trajetória de Portugal (sob o ponto de vista da superação de atrasos e da preparação para o advento da república), o que transcende sua individualidade. A comemoração tem, pois, um sentido futurante: busca-se, a partir da mobilização pela história e pelos passados sucessos do país, despertar o povo da inércia (CATROGA, 1977; LUZ, 2004; MATOS, 1992).

Nesse julgamento teleológico, analisa-se o passado com os olhos postos na suposta marcha da nação e da humanidade no sentido do progresso já “cientificamente” conhecido. Com o aval desse “tribunal” da história/da posteridade,⁴ e como pagamento de uma “dívida” histórica, um Pombal idealizado “eterniza-se” na memória dos portugueses pela via da apoteose cívica. Segundo uma lógica de substituição de festividades católicas e de aproveitamento e controle de seu potencial sobre as populações (em concepção laicista e anticlerical), propõe-se uma celebração pública do marquês em torno de aspectos intencionalmente selecionados de seu passado; manifestação ritualística da conformação de uma narrativa histórica explorada politicamente (CATROGA, 1998; JOÃO, 2000; MATOS, 1998).

No trecho referido, nota-se que são as reformas políticas o que se recupera da figura de Pombal – em oposição aos aspectos negativos destacados pelos críticos do centenário. O *Programa-manifesto* da Academia de Lisboa (iniciadora das comemorações na capital), entregue ao governo e publicado em diversos meios, afirma-o de modo explícito.⁵ Após exaltarem as reformas pombalinas do ensino – ponto para ressaltarem a “urgência de se reformar a instrução secundária e superior, dando às escolas uma organização mais liberal e científica” –, os estudantes apontam “a vantagem que advirá à sociedade portuguesa, dando execução aos decretos de expulsão dos jesuítas,

³ Hartog (2003, p. 13) afirma que, “na moderna concepção de história, a exemplaridade cede lugar ao unívoco. Algum dia, no futuro, alguém estabelecerá uma lei. [...] algum dia no futuro virá o dia glorioso da ‘synthèse’”. Os positivistas pensam ter encontrado tal síntese na lei dos três estágios de Comte.

⁴ A posteridade, esse presente-futuro em que vivem os promotores do centenário, empresta um sentido novo ao passado pombalino; sentido ainda oculto aos portugueses do século XVIII; sentido informado e enformado pela ciência positiva, de matriz comtiana que de maneira não-ortodoxa os influenciava.

⁵ Associação Acadêmica de Lisboa, organizada desde 1878, desenvolvendo atividades de instrução, cooperação e assistência em favor dos estudantes da capital e discutindo reformas necessárias no ensino.

decretos que são capciosamente sofismados há cem anos”. E, reforçando a continuidade que visavam a estabelecer entre as políticas que reclamavam em 1882, o liberalismo de 1834 e o pombalismo de 1759, pedem “o cumprimento exato dos decretos do marquês de Pombal e [de] Joaquim António de Aguiar, a respeito de todas as ordens religiosas”.⁶

Explicitam-se, portanto, as relações entre diferentes passos do passado e o presente corrente – visando à concretização de projetos políticos que informavam um futuro determinado. Compreende-se, ademais, de que modo a narrativa de teor republicano-positivista sobre o passado português bem servia às demandas políticas dos estudantes e de demais promotores do centenário. Além de atacarem valores religiosos entendidos como tradicionais e definidores da nação (e por eles percebidos como arcaicos), ao defenderem tais ideias eles voltam-se contra o que muitos consideravam um dos fatores viabilizadores do projeto imperial português em África: as ordens religiosas. Assim, percebe-se melhor o fato de seu programa ter recebido alguns apoios *apenas em parte*; condicionados a ressalvas no que tocava “à doutrina”.

Ter em conta as mudanças havidas nos cem anos que separam (e conectam, pela via comemorativa) as reformas pombalinas e as políticas liberais que reclamam sua herança ajuda a compreender como se emprestam novos sentidos ao passado – valendo-se dos tópicos trazidos à tona pelas fontes mobilizadas para legitimar as histórias que se escreveram. Novos sentidos que permitem que Pombal, à sua época forte defensor do absolutismo ilustrado e promotor de medidas centralizadoras, restritivas e autoritárias, seja apresentado, a partir de uma leitura seletiva e sobredeterminada de suas reformas, como um paladino do liberalismo, das liberdades cívicas e também do republicanismo.⁷

As memórias sobre as políticas pombalinas e sobre os embates em que o marquês se envolveu podem ser assim relidas e ressignificadas, tendo em vista os conflitos que se fazem candentes e as formas específicas por meio das quais se produzem e se validam

⁶ *O Centenário...* 1882. Expulsos de Portugal em 1759, os inicianos retornaram sob D. Miguel, que, realinhando-se com Roma, convidou-os oficialmente, emitiu em 1829 um decreto autorizando seu regresso e em 1833 restaurou a Companhia no país. Com o avanço das tropas liberais, voltaram a ser progressivamente expulsos; processo de que é testemunho a legislação de 1833, repondo medidas antijesuíticas de Pombal. Com o fim da guerra, extinguíram-se as ordens religiosas masculinas, confiscando seus bens. F. A. Aguiar, que assinou a lei de extinção de 1834, recebeu o cognome crítico de *mata-frades*.

⁷ Afirma-se ser necessário analisar suas atitudes a partir do contexto e dos valores de sua época – tanto para descontar seus exageros (fruto de seu tempo, das dificuldades e da resistência que encontrava), quanto para destacar aquilo que o diferencia de seus contemporâneos, revelando sua suposta modernidade. Com tais releitura, conclui-se que ele teria concorrido para a ampliação das liberdades – voluntariamente ou não.

discursos historiográficos. A efeméride de 1882 acentua e concentra as disputas em torno de sua figura – fazendo dele herói, anti-herói ou vilão; sem espaço para indiferença. Explicita-se, portanto, um debate intenso sobre o passado, que ecoa não apenas posicionamentos políticos distintos, mas também diferentes concepções sobre a história.

Camilo e seu *Perfil*

Em 1884, um informal plebiscito apontou Camilo Castelo Branco como o “mais notável escritor português” coetâneo.⁸ Ainda que inusitada, a votação não surpreendeu. Camilo, afinal, era célebre por seus escritos – fossem seus muitos romances, suas constantes colaborações em jornais ou mesmo as inúmeras polêmicas em que se envolvia. Dois anos antes, ele escreveu o também célebre e polêmico *Perfil do marquês de Pombal* – logo depois do referidos festejos que marcaram o primeiro centenário da morte do ministro que ele se dispôs a retratar de perfil (unilateralmente, portanto) com “tintas” colhidas “na paleta da história”. Busca-se, nas páginas seguintes, refletir brevemente sobre tal publicação – a partir de declarações do autor sobre seu *Perfil*⁹ e sobre as temáticas a respeito das quais ele se debruça –, percebendo-a como uma tomada de posição em um debate então candente.

Debate ao qual o próprio Camilo se remete, ao apontar, por exemplo, que seu livro “não pode agradar a ninguém; nem aos absolutistas, nem aos republicanos, nem aos temperados”. Ele, contudo, também ressalva: “escreveu-se esta obra de convicção, e sem partido, com uma grande serenidade e pachorra”, para logo depois contrariar a imparcialidade anunciada, confessando sentir um “ódio, grande, entranhado e único na vida, ao marquês de Pombal”. Antecipando críticas por parte dos promotores do centenário pombalino (seus principais opositores),¹⁰ sobre quem lança a suspeita de que

⁸ “A votação [do *Imparcial*, Coimbra], como era de presumir, recaiu unânime em primeiro lugar no glorioso nome de Camilo Castelo Branco, o gigante do nosso século literário, [...] que a opinião pública dos dois países acaba de consagrar pela maneira mais espontânea e inequívoca que ainda se viu em Portugal e no Brasil”. Carta de 28/12/1884, do Porto, *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 19/05/1885.

⁹ As afirmações do escritor sobre o livro, não coincidindo com o que ele de fato publicou, são um indício importante daquilo que ele entendia ser uma perspectiva da história que legitimasse seu posicionamento.

¹⁰ Referidos como republicanos, democracia, centenaristas. É importante apontar: “entre 1750 e 1870, o termo ‘república’, que tinha sido utilizado a propósito de várias formas de governo entre os séculos XV a XVIII, tornou-se o contrário de ‘monarquia’, e sinônimo de uma forma de governo: o ‘governo popular’. Em meados do século XIX, sobretudo a partir das revoluções de 1848, o escopo semântico de ‘república’ reduziu-se novamente, tendendo a designar, já não apenas uma forma de governo, mas uma fórmula política e social muito específica: a democracia secular, por vezes já socialista. Neste contexto, ‘republicano’ passou a significar o ativista dos movimentos políticos que tinham esse tipo de regime como objectivo, enquanto ‘repúblico’, com o sentido de cidadão exemplar, caiu em desuso” (RAMOS, 2008, p. 155).

“a democracia decerto repele o meu livro da sua estante de história e não lhe dará sequer a importância de o ler”, o escritor afirma sobranceiramente: “se lessem este livro, diriam que não é assim que modernamente se escreve a história. Pode ser, mas a verdade é assim que se escreve: fatos, com os documentos na mão”.

Castelo Branco se distancia, portanto, de uma forma específica (*moderna*, em suas palavras) de escrita da história, que apresenta como característica dos *centenaristas* e que acusa como fabulosa, questionando sua validade.¹¹ Em contrapartida, é em uma perspectiva por oposição tradicional, e supostamente isenta, que ele assenta a autoridade de sua escrita sobre o passado. Diante dos contendores, entende que sua “posição é excelente, porque lhes bato com a história”; a um discurso tido por fabuloso, ele afirma opor a inquestionável verdade (sinônimo, a seu ver, da história que ele diz produzir). Por isso, desqualifica a narrativa comemorativista, apontando-a como manipulação; invalidando-a: “se os pombalistas nada aprenderam nestas páginas, ensinem-me o que sabem. Avenham-se lá com os fatos; virem-nos do carnoz [avesso], se quiserem; escondam-nos nas dobras das suas teatrais bandeiras”.

O escritor, no entanto, entende ser difícil seus opositores refutarem-no, dado que

a democracia não gosta de ilaquear as suas teorias abstratas da pequena história, feita das malhas dos argumentos cedícios. Ela tem uma ideia, um simbolismo a que chamou *marquês de Pombal*, adulterando-o até as condições fabulosas do mito. Ora, eu escrevo de um homem a quem chamo déspota. Isso que aí passeou nas ruas foi um Pombal de romance [...]. A realidade dos fatos foi sacrificada a uma bandeira que lhe emprestaram. Puseram esse manequim diante do povo português – o mais rústico povo da Europa.

Um discurso sobre o passado desenvolvido em função de uma ideia definida de antemão, condicionando/manipulando o valor dos fatos/documentos. Eis sua principal crítica à história da *democracia*, reforçada pelo fato de tal ideia-base ser, a seu ver, falaciosa. No entanto, contrapondo-se a essa versão fabulosa e adulterada do marquês, ele divulga, a despeito da imparcialidade que anuncia, uma espécie de contramito – em parte semelhante ao discurso de grupos políticos opostos aos *centenaristas*, de que ele também se demarca.

Como outros críticos, o escritor seleciona, do passado pombalino, sobretudo o que há de violento e despótico, acusando seu caráter antiliberal e antidemocrático – e a conseqüente incoerência de ser a *democracia* a lhe elogiar em 1882. Apesar de

¹¹ Trata-se de um termo do autor, e não de uma referência ao paradigma/regime moderno de escrita da história/de historicidade (KOSELLECK, 2006; HARTOG, 2003).

mobilizarem a história (enquanto um discurso imparcial, documentado e por isso verdadeiro, sobre o passado) como forma de validarem sua argumentação, tanto os apologistas quanto os detratores do marquês adotam um processo em muitos sentidos parcial: isolam alguns aspectos da administração pombalina e superlativam-nos de modo a justificarem seus posicionamentos; subordinam sua apreciação geral a um juízo previamente intencionado. Considerando a ideia de que o marquês “ressurge mais ou menos postiço e contrafeito dos moldes das três escolas políticas regimentares”, o retrato elaborado por Camilo deve ser lido como uma versão também “postiça”.

Folheando-se jornais coetâneos (que desempenham um papel importante na divulgação de discursos historiográficos), percebem-se algumas linhas críticas à releitura proposta no centenário. Entre folhas de teor religioso, destacam-se o legitimista lisboeta *A Nação* (1847-1928) e o católico tradicional não-miguelista português *A Palavra* (1872-1911). Em que pesem suas diferenças, ambos, mesmo acusando o despotismo de Pombal, opõem-se sobretudo à exaltação das suas políticas contrárias às diretrizes de Roma. No embate dos católicos com as bandeiras *democráticas*, portanto, atualizam-se conflitos entre ultramontanismo e regalismo,¹² com destaque para questão inaciana. Afinal, “a expulsão da Companhia de Jesus, fundamentada na ideia regalista e antiultramontana, adquiriu extrema relevância como principal tópico de polêmica” (MATOS, 1998, p. 449).

Da parte do periodismo filo-republicano e liberal, contudo, também há críticas contundentes ao centenário. Como as palavras de Ramalho Ortigão, com suas crônicas no popular periódico carioca *Gazeta de Notícias* (1875-1942) e com suas sátiras *Farpas* (1871-1883).¹³ Polêmico e irônico, ele aprecia negativamente o marquês e seus

¹² *Legitimistas/miguelistas* defendiam a legitimidade da linhagem de D. Miguel (1828-1834), absolutista derrotado pelas tropas de D. Pedro IV (liberal) na guerra civil (1828-1834). Eram católicos tradicionais (SILVA, 1993). *Ultramontano* era “todo aquele que defendesse o poder absoluto do papa e a sua independência em relação aos poderes seculares [...] aquele que apoia a autoridade e o poder da Igreja, adere aos princípios e à actuação da Igreja Romana, nos planos teológico, jurisdicional ou político” (NETO, 2011, p. 158). *Regalismo* é “designação em geral atribuída ao estatuto ‘político-religioso’ que advoga a supervisão tutelar da Igreja pelos monarcas ou pelos estados. [...] incumbe-lhes garantir e promover um clima religioso benéfico aos que vivem sob a sua tutela. Daí a sua ingerência tanto no plano civil como no plano sacro, em ordem a manter um e outro sob a sua alçada mais ou menos expressa de poder” (RAMOS, 2001, p. 96-97). O liberalismo “deu continuidade à prática regalista da época pombalina”, levando-a ainda mais longe e tendo como referências os principais autores regalistas pombalinos (NETO, 1998, p. 45).

¹³ Camilo elogia suas *Farpas* (BRANCO, 1883, p. 6) e desconfia que ele havia deixado o satírico *Antônio Maria* (1879-1898) por “coisa de dissidência do centenário” (PINTO, 1985, p. 41). “Ramalho nunca foi um democrata, da linhagem revolucionária de 1789 ou até da família ideológica de 1848. A sua transitória ideia

elogiadores – acusando, como Camilo, a incompatibilidade entre seu despotismo e as liberdades políticas que os *centenaristas* entendiam dever-lhe como herança.

Camilo e suas impressões

Na cidade do Porto, desde finais de 1881 alguns jornais imprimem quotidianamente aspectos de uma disputa acentuada em torno de leituras possíveis sobre o passado pombalino e sobre o centenário que se prepara. Entre esses, destacam-se os já referidos *A Folha Nova* e *A Palavra*. A disputa em que têm parte os diários republicano e ultramontano culmina, logo após os festejos, em uma manifestação em que se queimam, em praça pública, exemplares do segundo por partidários do primeiro – que, depois de uma série de protestos impressos e *meetings* [comícios, típicos da oposição política coetânea] questionadores, logram obter a demissão do redator do jornal católico. Em questão, um polêmico suplemento, considerado ofensivo por participantes do centenário.

No malfadado suplemento, republica-se uma carta enviada à *Folha Nova* (15/04) por seu colaborador mais conhecido – logo replicada na íntegra por seu opositor, como “um documento esmagador, escrito num tom de ironia pungente”, que contraria as expectativas d’*A Folha Nova* sobre o convite para participar da homenagem a Pombal:

A glória de contribuir, na camaradagem de tantos nomes ilustres, com o meu óbolo de entusiasmo mais ou menos postiço para a celebração de semelhantes festas, não me permite aceitá-la a inveterada aversão que voto ao ministro despótico de um rei covarde e devasso. [...] já enviei a dois jornais um escrito medianamente hostil a todos os déspotas, sem me declarar monárquico nem republicano. É bem de ver que a responsabilidade do escrito era toda minha, mas os dois jornais, contagiados da febre dos centenários, rejeitaram-no com irrepreensível delicadeza.

Abstenho-me, pois e forçadamente, de escrever lisonjas à memória do marquês de Pombal [...]. Provada a autoridade alheia das grandes e incontestáveis providências do seu governo, o que resta de individualismo, não direi *originalidade*, na energia do marquês são as masmorras, os extermínios, os patíbulo e as fogueiras.

Assina o texto Camilo Castelo Branco.

Tal carta é novamente reproduzida no suplemento, junto de um trecho do que se anuncia ser um livro que o escritor publicaria sobre o centenário. De sua parte, o jornal republicano prontamente acusa (10/05) duvidar que o impresso contasse com o conhecimento e com a concordância de seu colaborador, apontando que “não aceita a menor mancomunação com a clericalha fanática, não presta nem seu nome, nem a sua

de república subordina-se a um projecto de pedagogismo neo-iluminista que se demarca radicalmente dos conciliábulo do republicanismo clubista do seu tempo” (HOMEM, 2000, p. 219).

opinião para as especulações torpes dos sotainas”. E logo depois (13/05) publica outra carta de Camilo – com trechos selecionados reproduzidos no diário católico:

vejo que figurei de um modo inconsciente e assaz ardente no centenário do marquês de Pombal. É provável que queimassem o meu insignificante contingente literário, aproveitando, à falta de coisa melhor, pela *Palavra*, no tal *Suplemento*. [...] Os jovens centenaristas, queimando a *Palavra*, entravam na orientação do decrépito marquês [...]. Eu, se tivesse voto de velho e influente nos alvitres da festeira mocidade, dir-lhe-ia que não queimasse a *Palavra*, representativa de uma convicção, de uma liberdade, de um direito, para não se parecer com o estadista que amordaçava as línguas que falavam e quebrava os pulsos que escreviam, quando isso era necessário como exórdio da revolução intelectual que sortiu a tolerante liberdade que atualmente prevalece. Hoje não é preciso queimar papéis; é melhor combater-los ou deixá-los esfarinhar-se sob o raio de luz que fermenta as podridões das coisas mortas. [até aqui foi reproduzido em *A Palavra*] [...] fui de todo estranho à reprodução dos meus escritos nesse *Suplemento* [...] deploro a estúpida miopia dos que me imaginaram a colaborar espontâneo no combustível do *Suplemento*.

O escritor nega, pois, a colaboração com o jornal ultramontano, de que demarca distância, mas igualmente se distancia dos partidários do centenário e do próprio jornal em que colaborava. Ao acusar os “jovens centenaristas” por suas atitudes de violentas censuras, aproxima-os justamente daquilo que reprova no marquês: sua violência contrária à liberdade (que eles afirmam dever ao próprio Pombal). Além das cartas publicadas nos jornais, Camilo escreve uma série de cartas privadas sobre tais questões. Postumamente editadas e publicitadas, tais documentos revelam um pouco mais sobre seus empenho e atitude diante das disputas e impressões sobre o período pombalino, questionando com indignação “como é que a canalhocracia festeja o déspota das forcas do Porto e das forcas de Lisboa em 1756”.¹⁴

Em 20/04, ele exclama a Silva Pinto, de forma irônica: “tenho recebido seis cartas de comissões a pedirem-me artigos para o dia oito de maio. A que porta batem!” Além de pontar estar “estudando Pombal na hipótese de se juntar à bexiga do centenário o banzé da troça”, afirma logo depois: “creio que não terei editor para o meu livro *O marquês de Pombal*”, já que seu editor de costume, Chardron, “diz-me que antes quer romances”, o que Castelo Branco, cujo livro afinal não é por ele editado, atribui ao fato de Chardron estar, como grande parte dos escritores, editores e redatores de periódicos, “gafado do tifo pombalino” (PINTO, 1895, p. 41-42). Logo na semana seguinte aos festejos (12/05), ele

¹⁴ *Revista Portuguesa*, v. 1, p. 114, publicada em nota sobre Camilo, sem destinatário ou data. *Canalhocracia* era uma forma depreciativa de se referir à *Democracia* – *canalha* tem como definição *plebe mais vil* (cf. Silva Pinto; Morais Silva). As forcas remetem ao punitivismo nos casos dos Motins do Porto (1757) e dos distúrbios e roubos em Lisboa após o terremoto de 1755.

pergunta, jocoso: “divertiu-se com o centenário? Eu estou alinhavando o *Perfil do marquês de Pombal* – uma coisa com que o povo se divirta” (MARTHA, 1918, p. 204).

Em 25/05, Camilo informa Antônio Francisco Barata sobre a obra em elaboração e pede-lhe auxílio em uma parte específica da pesquisa documental. Algum tempo mais tarde, escreve-lhe: “recebi o traslado, falta-me receber a nota das despesas feitas, sem a qual não lhe agradeço o importante favor [...] diga-me quanto devo enviar para remunerar o grande trabalho de copista”. Ao publicar tais cartas, Cardoso Martha comenta: “como se vê, Camilo, empenhado em apoucar, direi mesmo demolir, a figura histórica de Pombal, pedia a toda a gente materiais que lhe facilitassem a tarefa”. Em correspondência que indicia tanto seu empenho quanto a consciência das polêmicas que suscita, Castelo Branco (29/05) afirma a Joaquim de Araújo estar bastante atarefado, em meio à “papelada do *Perfil do marquês de Pombal*, que está quase alinhavado”. Passados quatro dias, diz que “a tarefa de escrever o *Perfil*... em 20 dias deixou-me o cérebro em lama”. Diante da apreciação crítica e negativa a sua obra, Camilo lhe diz “a maioria dos leitores do *Perfil* concorda com o meu amigo em achar injusto o livro. Como alguns, à imitação de V., tencionam refuta-lo, direi depois da minha justiça” (MARTHA, 1918, p. 80-82,118-119).

O escritor, portanto, dedica-se intensamente à obra, sobre cuja elaboração pondera desde antes dos festejos – compartilhando com amigos a ideia e as dificuldades em publica-la. Em certo sentido, ele se satisfaz ao contrariar o que entende ser a expectativa geral em relação a seu posicionamento – seja por sua colaboração intensa com o jornalismo da época, seja pelo antijesuitismo característico do liberalismo português (que historicamente reclamava a herança pombalina), seja por sua incompatibilidade com o catolicismo ultramontano, alvo de muitas de suas críticas. Para Castelo Branco, aliás, se os católicos são os únicos que podem apreciar seu livro, eles contudo o rejeitam,

porque eu não participo do seu ódio religioso – não direi cristão – ao inimigo do jesuíta, como padre. O meu ódio [...] não procede de afeto ao padre nem do desagravo da religião; é por amor ao homem. A religião da dogmática infalibilidade do papa que decretou a extinção da Companhia de Jesus não merece que a gente se esfalte e indisponha por conta dela, nem tem um sério direito a queixar-se do marquês de Pombal, cujas pretensões, penso eu, não chegaram até a infalibilidade.

No volume em que publica as cartas recebidas do escritor, José Caldas apresenta um panorama do periodismo no Porto em 1882 que condiz com a ideia de generalização do “tifo pombalino” na imprensa. Diz ele, confirmando parte do que se disse dos festejos:

tinham-se lembrado os estudantes e os dirigentes mais ativos do bando republicano, que então tinha como seu órgão valioso *A Folha Nova*, de fazer celebrar por uma forma ruidosa, imponente, a data do centenário da morte do marquês de Pombal. O intuito remoto desse alarido era muito menos o de glorificar o nome de Sebastião José de Carvalho do que sair de rosto aos representantes do grupo clerical [...] e mais particularmente à patrulha jesuítica [...]. Tal como sucede no convívio da sociedade, todos nós temos na história as nossas amizades e as nossas antipatias [...] impusera-se-me sempre a figura odiosa do marquês de Pombal. [...] Mas o Porto estava ardendo em *pombalismo* e não era fácil empresa surgir-lhe ao caminho com vozes que encontrassem o seu fervor inconsciente. Era perigoso. Quem se atrevesse a tocar-lhe no ídolo corria o grave risco de ser lapidado na praça como agente, fautor, ou o que quisessem que fosse, da Companhia de Jesus.

Após remeter a Camilo um artigo crítico ao centenário, recebe uma carta elogiosa, destacando que, se por grande engenho e erudição o amigo consegue “evitar que lhe chamassem jesuíta”, ele, por seus posicionamentos, é, por sua vez, chamado de “jesuíta e burro”. A esse respeito, é importante notar que enquanto o jornalista critica a apoteose de Pombal, mas concorda com as pautas anticongregacionistas dos estudantes, Castelo Branco não adere às críticas aos inicianos. Camilo por fim lhe adverte “estou garantando um livro que há de chamar-se *Perfil...* Vá armazenando piedade no seu coração para a empregar toda em mim; quando o livro romper os diques [...] com as minhas caturrices” (CALDAS, s/d, p. 84-86, 98-99).

Um quarto de século após o centenário, Almeida Silvano afirma apresenta Camilo como um “prodigioso escritor, glória da literatura nacional, em que ocupa o primeiro lugar entre os romancistas”. E se ele “pasma pela sua versatilidade de opiniões, maldizendo hoje o que ontem exaltou”, Silvano ressalva: “num ponto, porém, foi constante: no desamor ao despotismo de Pombal, a quem jamais queimou sequer um grão de incenso. Para ele, nunca algumas medidas úteis do famoso ministro foram bastantes a lhe [...] atenuar as negras manchas de tão feroz e tirânico ditador” (SILVANO, 1906, *prólogo*). O que se pode remeter ao “ódio, grande, entranhado e único na vida, ao marquês de Pombal” que Camilo indica em 1882.

Silvano recupera duas publicações anteriores ao *Perfil* em que Camilo critica Pombal por suas arbitrariedade e violência em relação aos jesuítas: um artigo de 1852 e um prefácio de 1875.¹⁵ Além de certa continuidade de temática, percebe-se nos três textos

¹⁵ O primeiro é uma breve e elogiosa apreciação de um livro francês editado em Português (*Anedotas do ministério do marquês de Pombal...* 1852). Foi publicado junto com outros textos (dos periódicos *O Cristianismo*, de 1852, e *A Cruz*, de 1853) em *Horas de Paz: escritos religiosos*, v. II (1865). Camilo posiciona-se contra o marquês e contra o que aponta como deturpação histórica dos jesuítas (por via da

a tentativa de mobilizar uma suposta verdade histórica, em face de também supostas mentiras difundidas no senso histórico comum, que atribui à influência persistente da leitura pombalina da história, atualizada no liberalismo, que se afirmava herdeiro (com intensidade variável desde o início do constitucionalismo) de medidas regalistas de Pombal. Nesse ponto (recuperado e reelaborado pelos republicanos positivistas), Castelo Branco demarca-se de como seus contemporâneos liberais lidaram com o passado.

No referido artigo, um Camilo ainda moço escreve:

vejam que D. José I e o marquês de Pombal e a expulsão dos jesuítas são homens e acontecimentos de ontem que já hoje respondem no tribunal da crítica, em que o juiz incorruptível – a VERDADE – condena com documentos insubornáveis.

As iras tempestuosas desse mar de sangue, em que os “amigos” da humanidade desejam ver o naufrágio da Companhia de Jesus, aí vêm partir-se no rochedo da história, que, inabalável de fatos irrespondíveis, arremessa pra longe, como o dedo de Deus, as cediças invectivas de caluniadores ignaros.

A palavra “jesuíta” estremecia os nervos dessa multidão de superficiais, que desgraçadamente são sempre os primeiros a sentar-se nos ágapes da ciência. Ao passo que motejavam as superstições, alimentadas pela ignorância dos imbecis, davam de si um triste documento de cega credulidade no *ipse dixit* do Seabra e de muitos outros Seabras inspirados pelo célebre senhor de Oeiras.

A *Dedução Cronológica*, lida com ansiedade por nossos pais, foi-nos transmitida como “cordão sanitário contra a peste jesuítica” (BRANCO, 1916 [1852], cap. XXX).¹⁶

Trinta anos mais tarde, Castelo Branco retoma no *Perfil* a problematização do antijesuitismo que caracteriza não só o liberalismo (e o senso comum histórico luso), mas também o republicanismo (e a influência positivista, a que o trecho seguinte, de sua pena, remete), afirmando que “a palavra sintética *jesuíta* e o símbolo da queda da teocracia, individualizado no marquês de Pombal, são o vitalismo das três gerações que se têm sucedido nas avançadas militantes da liberdade”.¹⁷

educação pombalina que perdurava). O segundo, o prólogo à versão portuguesa de uma biografia do jesuíta Gabriel Malagrida (que por influência de Pombal foi supliciado pela inquisição). De autoria do jesuíta Paul Mury, foi publicada em francês (1761) e traduzida por Camilo (1875).

¹⁶ A *Dedução Cronológica e Analítica* (1767-1768) apresenta como autor José Seabra da Silva. No entanto, entende-se ser fruto das influências e interferências diretas de Pombal (por isso, ainda no reinado de D. José creditava-se sua autoria ao marquês). É um dos principais documentos pombalinos (bastante divulgada; esquema modelar para textos coetâneos) e apresenta uma releitura da história de Portugal tendo como princípio norteador a acusação e as “provas” de que cabia aos jesuítas a responsabilidade por todos os desvios e as calamidades que se abateram sobre o país, justificando o antijesuitismo que caracterizou o governo do marquês. Ver: ALVIM, 2010. Acerca da expressão entre aspas, Camilo atribui-a a um autor coetâneo, sem nomeá-lo. Trata-se do padre Joaquim de Santa Clara, que publicou “A guarda avançada do cordão sanitário contra a peste jesuítica” (1846).

¹⁷ Sobre a posição do escritor em relação aos inicianos, ver: SIMÕES, 1983; 1993.

Dois anos antes, ao criticar o recém-saído *História de Portugal* de J. P. Oliveira Martins (1879), de quem se demarca pela “demasiada submissão a um plano sistemático, orgânico, [que] pode motivar desvios da boa crítica”, o autor (ecoando algumas de tais ideias) apresenta como uma de suas principais divergências de “sentimentos”:

a questão dos jesuítas, a quem o historiador consagra um sincero desamor. Parece que abusa um tanto das espáduas deles, sobrepondo-lhes grande carga das fatalidades do reino desde o reinado de D. João III. [...] Tão longe de nós está o fato dos jesuítas, e é raro, a respeito deles, escrever-se sem os *recentibus odiis* que Tácito desejava delir da credibilidade histórica. As iras de Pombal, postas na corrente da tradição, conservam ainda o calor que uma crítica em demasia transigente pretende sustentar na admiração pelo figadal inimigo da Companhia de Jesus. Não pretendo irrogar censura ao sr. Oliveira Martins, nem o impugno, mas não convenho na equidade da acusação. Todos temos, nos nossos panoramas históricos, ilusões de perspectiva (BRANCO, 1880).¹⁸

Quanto a sua estratégia no embate em 1882, Camilo, bem menos tolerante a divergências, afirma: “este livro poderia ter aparecido antes dos festejos de sete de maio. Seria então um protesto contra o entusiasmo dos propugnadores do marquês de Pombal”. No entanto, diz ter-se absterido “dessa aspiração vangloriosa que teria uns ares desvanecidos de querer atuar sobre convicções radicadas [...]. Seria, sobre infrutífera, ridícula a empresa”. Afinal, pondera o escritor, comparando seu esforço de mobilização e sua estratégia de expressão/narrativa do passado pombalino com os de seus opositores,

não se desfazem com os livros as persuasões que se fizeram com locais de jornais baratos [...]. A porção do povo que não aprende nada em livros achou nos clubes a educação do discurso amoldado à sua capacidade, à sua dócil ignorância e à sua congênita necessidade de revolucionar-se com palmas e gritos [...]. Crenças assim radicadas e cáusticas não se acalma com cataplasmas de livros. São umas pletores que às vezes desgraçadamente se aliviam com sangrias enormes nas chamadas batalhas sociais.

A referência aos clubes é eloquente. “Continuador de uma tradição iluminista, o republicanismo teve nos clubes ou centros os seus primeiros núcleos organizativos, os quais só lentamente evoluíram para formas mais próximas de uma organização partidária”. Se a clandestinidade pura que marcou seus primórdios aos poucos perdeu sentido, os republicanos mantiveram-se reunidos em torno de associações que, proibidas de ostentar fins políticos, desenvolviam atividades híbridas – de fundo cultural, instrutivo, recreativo e de auxílio mútuo (CATROGA, 2010, p. 18-20). Outra empresa a que dedicavam esforços, desenvolvendo temáticas de teor histórico, político e cultural, era o jornalismo, dado seu potencial de divulgação e de instrução.

¹⁸ Sobre Oliveira Martins e a história, ver: IBNL, 1995.

No início da década de 80, os republicanos ganham maior visibilidade por conta de seu engajamento em torno das comemorações centenárias camoniana e pombalina e também de protestos de teor nacionalista. Nos centenários, de inspiração positivista, mobiliza-se a população por meio de comícios, palestras, publicações e festividades relacionadas a grandes homens de um passado tido por glorioso, contrastante com o presente corrente. Não se trata de iniciativas inteiramente republicanas – e nem todos os republicanos delas participam. No entanto, tanto as resistências oficiais quanto a mobilização da opinião pública em torno de pautas que acusam ser o estado decadente do país consequência da política monárquica coetânea dão sentido às leituras do advento da república como uma espécie de “messianismo social” (CATROGA, 2010, 30-35).¹⁹

No que diz respeito ao republicanismo, a seus clubes e às homenagens a grandes homens do passado, é eloquente o olhar crítico e irônico de Eça de Queirós, que mordazmente narra uma fictícia cerimônia de fundação de uma agremiação, em que uma personagem propõe-se a “ler algumas páginas que pusessem diante do espírito de todos as fases que tem atravessado a liberdade”. Ninguém consegue prestar-lhe atenção, dado que ele retrocede demasiado em busca das origens da democracia e da liberdade. Ao final de sua leitura, ele ainda propõe “pendurar nas paredes do clube os retratos de todos os mártires da liberdade, desde os tempos mitológicos”, sendo-lhe, contudo, objetado que

a ideia é nobre, mas além de que não há lugar para conter nestas paredes todos os mártires da liberdade, é difícil obter o retrato da maior parte – a não ser desenhos de fantasia que, por falsos, tenderiam a produzir a indiferença, em lugar de inspirar a veneração. Além disso, os mártires são inumeráveis, e as paredes são só quatro...²⁰

É interessante – para a crítica que Camilo elabora, e também para a crítica que se deve dirigir a sua obra – pensar os limites desses retratos fantasiosos. Quanto ao *Perfil* que ele mesmo pinta, Castelo Branco pondera: “saiu-me assim o escorço [redução] do homem fenomenal”. Contornando a hipotética limitação de seu trabalho, contudo, ele assevera, novamente recorrendo a sua autoridade no manejo de fontes do passado: “se está mal esboçado, se mal colorido, as tintas, colhi-as na paleta da história”. Parece claro,

¹⁹ A história era assunto de suas conferências e colóquios, fonte de argumentação acerca de diversas temáticas (sempre historicizadas); percebida como fundamental para a conformação de uma identidade comum, relacionada a memórias específicas, mobilizadas intencionalmente. Mesmo que fosse notável a influência dos ideais positivistas e cientificistas, o pensamento historiográfico republicano não foi unísono; comportava leituras e referências teóricas diversas (RIBEIRO, 2011, p. 142-147).

²⁰ Trata-se de *A Capital*, obra póstuma (1925), ambientada na Lisboa de 1875-1876.

portanto, que para Camilo história, verdade, imparcialidade e erudição documental aparecem como termos estreitamente relacionados, validando seu discurso. No entanto, a leitura do *Perfil* aponta tanto sua parcialidade na seleção dos documentos e dos episódios, quanto o dramatismo que ele, grande romancista, mobiliza para potencializar sua narrativa – incentivando em seus leitores sentimentos negativos em relação ao marquês.

Por oposição, sua percepção do retrato de Pombal que elaboram os *centenaristas* é bastante crítica. Além de falar em um marquês adulterado “até as condições fabulosas do mito” e de acusar que “isso que aí passou nas ruas foi um Pombal de romance”, refere-se a “Pombais carnavalescos”, descaracterizados e corrompidos simbolicamente. Ademais, afirma que aquilo de que seus opositores

necessitam é mais larga compreensão da justiça, que só se adquire com esforçado trabalho de anos, menos palavreiro de clubes e mais cansada de estudo reflexivo. Quanto aos velhos que se incorporaram na festa pombalina dos acadêmicos [...] eram a porção do espetáculo que representava a antiguidade da tolice em todas as ideias novas.

A obra de Camilo e sua comparação com textos característicos do centenário de 1882 possibilita a reflexão sobre diferentes leituras, escritas e usos do passado. Mais que divergências políticas ou diferentes apreciações sobre a Companhia de Jesus em Portugal, entre o escritor e os *centenaristas* há diferenças na forma de encarar o passado pombalino, de elaborar discursos sobre a história e de compreendê-la. Camilo, vasculhando documentos, empenhando sua autoridade como produtor de uma verdade verificável e carregando na dramaticidade de seu texto, esforça-se por apontar e acentuar aspectos negativos que impossibilitam tomar Pombal como um exemplo a ser seguido à altura.

De sua parte, contudo, os principais promotores do centenário propõem-se a, a partir de seu presente e com os olhos postos em um futuro que entendem poder prever (autorizados pela verdade *sociológica* que informa a síntese que mobilizam), fazer uma releitura do passado pombalino – expressa em livros, jornais, conferências, debates, cortejos cívicos e outras formas de manifestação pública. Julgam-no a partir de seus ideais positivistas e republicanos, e, sem desconsiderarem os aspectos negativos (que os documentos, que também conhecem, não permitem negar), justificam suas ações mais problemáticas em função do papel histórico por ele desempenhado a sua época; uma etapa específica do percurso do país no sentido do progresso.

Julgando Pombal e exaltando seu papel histórico, não o apontam, contudo, como um exemplo a ser imitado – como sugerem as acusações de Camilo. Ademais, pela via do elogio ao marquês, eles também emitem juízos mais ou menos indiretos sobre os políticos coetâneos, percebidos como incapazes de, como fizera Pombal em sua época, a despeito das adversidades (que teriam justificado suas medidas despóticas e violentas), desempenhar o papel que lhes seria devido.

Já Castelo Branco, valendo-se crítica e satiricamente da perspectiva dos *centenaristas* (que afinal não desconhece) apresenta uma espécie de previsão à moda positivista (de que se vale para potencializar sua crítica). Concluem-se estas reflexões com sua jocosa e expressiva descrição do futuro bicentenário do marquês, reprovando a ideia dos “centenários e [d]a estéril inanidade das nossas solicitações ruidosas ao Futuro”:

se os ultraliberais de 1882 estão com o marquês de Pombal, quem nos afirma que as confederações republicanas e ateístas de 1982 [uma previsão positivista] não hão de estar com os jesuítas? As situações parecem-me equivalentes nas paralelas do absurdo.

Bibliografia

- O Centenário do Marquês de Pombal, homenagem da Mocidade Acadêmica Brasileira*. 1882.
- ALVIM, G. M. *Linguagens do poder no Portugal setecentista: um estudo a partir da Dedução Cronológica e Analítica (1767)* (Dissertação de Mestrado). Niterói: PPGH-UFF, 2010.
- BRANCO, C. C. *Bibliographia portuguesa e estrangeira*, nº 1, II ano, 1880.
- _____. *Horas de Paz: escritos religiosos*. v. 2. Lisboa: Antonio Maria Pereira, 1916 [1852].
- _____. *Notas ao folheto do dr. Avelino Cesar Callisto*. Porto: Chardron, 1883.
- _____. *Perfil do marquês de Pombal*. Porto/Rio de Janeiro: Clavel & Cia./L. Couto & Cia. 1882.
- CALDAS, J. *Vinte cartas de Camilo Castelo Branco, 1876-1885*. Porto: Companhia Portuguesa, s/d.
- CATROGA, F. “Os inícios do positivismo em Portugal: o seu significado político-social”. *Revista de História das Ideias*, v. I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1977.
- _____. “Morte Romântica e Religiosidade Cívica”. In: TORGAL, L. R. & ROQUE, J. L. (coord.) *História de Portugal*. v. V: O Liberalismo. Lisboa: Estampa, 1998.
- _____. *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de outubro de 1910*. Lisboa: Casa das Letras, 2010 [1ª ed. 1991].
- _____. “Ainda será a História Mestra da Vida?”, *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, n. 2, 2006.
- HARTOG, F. “Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo”. *Revista de História*, 148 (2003).
- HOMEM, A. C. “Razão e sentimento na evolução espiritual de Ramalho Ortigão”. *Revista de História das Ideias*, v. 21, 2000.
- IBNL. *Oliveira Martins e os críticos da História de Portugal*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1995.
- JOÃO, M. I. “Percursos da Memória: centenários portugueses no século XIX”. *Camões*. n. 8, 2000.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LUZ, J. L. B. “Os ideais da positividade”. In: CALAFATE, P. (dir) *História do Pensamento Político Português*. v.I, t. I. Lisboa: Caminho, 2004.
- MARTHA, M. C. *Cartas de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: H. Nunes, 1918.
- MATOS, S. C. *Historiografia e memória nacional, 1846-1898*. Lisboa: Colibri, 1998.
- _____. “História, positivismo e função dos grandes homens no último quartel do séc. XIX”, *Penélope: fazer e desfazer a história*. Nº 8, 1992.
- NETO, V. *O Estado, a Igreja, a Sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998.
- _____. *A questão religiosa no Parlamento 1821-1910*. Lisboa: Assembleia da República, 2011.
- PINTO, S. *Cartas de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1895.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

- RAMOS, L. O. “Regalismo”. In: AZEVEDO, C. M. (dir.) *Dicionário de história religiosa de Portugal*. v. IV. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- RAMOS, R. “República-Republicanos”. *Ler História*, 55, 2008.
- RIBEIRO, L. *A popularização da cultura republicana, 1881-1910*. Coimbra: Univ. de Coimbra, 2010.
- SILVA, A. B. M. *Miguelismo: ideologia e mito*. Coimbra: Minerva, 1993.
- SILVANO, J. F. M. A. *O marquez de Pombal celebrado por um grupo de distintos escritores liberais*. Lisboa: O Bem Público, 1906.
- SIMÕES, M. “Camilo, Pombal e os jesuítas”. *Brotéria: cultura e informação*. V. 116, n. 2, 1983.
- _____. “Camilo apologista dos jesuítas”. *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 5, 1993.